



Experiências metodológicas de avaliação: usos da noção de trajetória em políticas públicas

Alcides Fernando Gussi¹

Raul da Fonseca Silva Thé²

Janainna Edwiges de Oliveira Pereira³

RESUMO

Discussão metodológica no sentido de expor as possibilidades e os usos da noção de trajetória na avaliação de políticas públicas. Sob uma perspectiva etnográfica, propomos que uma avaliação deva percorrer a trajetória de uma política. Inspirados na noção de trajetória, o debate parte da ideia de que uma política não tem um sentido único e está circunscrita a re-significações, seguindo distintos posicionamentos nos vários espaços que percorre, ou seja, construindo trajetórias mediante os deslocamentos propostos pela e à política. Apontamos as experiências de uma pesquisa avaliativa com uso desta metodologia, enquanto são exibidos os resultados alcançados acerca de programas de microcrédito (Crediamigo), economia solidária (PAPPS) e da instituição pública-microfinanceira, Banco do Nordeste. Com isso, pretendemos mostrar limites e possibilidades dos usos das trajetórias para aprofundamentos em avaliação de políticas públicas.

Palavras-Chave: Metodologia; Trajetória; Políticas Públicas; Avaliação.

Recebido em 12/09/2018

Aceito para publicação em 13/11/2019

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v1i23.21373>

Introdução

O presente trabalho resulta de uma construção empírico-metodológica

¹ Doutor em Educação, Mestre em Antropologia e Bacharel em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Associado da Universidade Federal do Ceará (UFC) junto ao curso de Gestão de Políticas Públicas e ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas.

² Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador do Laboratório Conflitualidade e Violência (COVIO/UECE) e do Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas (NUMAPP/UFC). E-mail: raulsilvathe@gmail.com.

³ Mestra em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

desenvolvida ao longo dos últimos dez anos no contexto de uma pesquisa avaliativa acerca de programas de microcrédito (Crediamigo), economia solidária (Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários - PAPPS) e da instituição público-financeira que às concebeu, gesta, gerência e operacionaliza, o Banco do Nordeste.

Com objetivo de propor uma discussão sobre metodologias empregadas na avaliação de políticas públicas, pretendemos ensinar a apreciação sobre os usos da noção de trajetória. Esta oportunidade se pronuncia para a realização de aprofundamentos no que concerne à ideia de avaliação de políticas públicas, movimento ao qual nos dedicamos.

Para tanto, o trabalho está dividido em três partes, em que: primeiro, nos debruçamos sobre o escopo teórico-metodológico referente à noção de trajetória e à perspectiva etnográfica; em seguida apresentamos o método em movimento, ou seja, os usos empíricos de aplicação da metodologia na pesquisa avaliativa realizada; e, por último, nos focamos nas possibilidades metodológicas e avaliativas da noção de trajetória.

Perspectiva Teórico-Metodológica

Como escopo inicial, tomamos a formulação de Rodrigues (2008) sobre avaliação em profundidade, que orienta, paradigmaticamente, a nossa perspectiva avaliativa. A autora privilegia a abordagem interpretativa, especialmente pelo esforço de tratar dados de diferentes tipos levantados no contexto do campo da política em avaliação, como, por exemplo: entrevistas em profundidade aliadas à observação, análise de conteúdo de material institucional e apreensão e compreensão dos sentidos e significados atribuídos no decorrer do processo descrito pela política ou programa. Portanto, alia-se a uma perspectiva teórico-metodológica que considera tanto a avaliação quanto a política ou programa de forma multidimensional em uma leitura extensiva, detalhada e densa.

Sobre a praticidade deste esforço, a autora ainda apresenta a perspectiva etnográfica, sob o horizonte disciplinar da antropologia, como expertise metodológica privilegiada para análise e avaliação de políticas públicas. Dessa forma, as discussões e divergências antropológicas acerca dos marcos, abrangência e usos da etnografia devem ser observados como forma de refletir sobre conceitos, técnicas e paradigmas tanto no campo antropológico quanto no campo da avaliação.

Na busca de construir marcos de uma “descrição densa” (GEERTZ, 1978) de políticas, programas e projetos, a avaliação em profundidade de Rodrigues (2008) aponta para quatro dimensões consideradas essenciais para uma avaliação, a saber: a análise de conteúdo, o contexto da formulação, a extensão temporal e territorial e a construção de trajetórias institucionais.

Diante deste propósito metodológico, os desenvolvimentos e usos de cada uma das quatro dimensões se fazem não só interessantes, mas primordiais para os encaminhamentos do campo compreensivo em avaliação de políticas públicas. Neste intento, Gussi (2008), especificamente, passa a tratar a noção de trajetória como aporte fundamental para aprofundar a perspectiva avaliativa. Tal noção, que tem como base a sociologia reflexiva de Bourdieu (1989), encontra no devir – no contexto da pesquisa de campo – e a partir das representações dos sujeitos envolvidos na política, o campo compreensivo para o desenvolvimento e problematização da pesquisa avaliativa.

A proposta de Gussi (2008) se pauta em realizar um estudo sobre a dimensão da trajetória coletiva-institucional das políticas e programas. Entendendo-as como submetidas a incessantes transformações advindas de forças e intencionalidades internas e externas, além de compreender que os resultados das políticas, programas e projetos estão circunscritos pelos os aspectos culturais das instituições que operam com a política.

A construção das trajetórias, aqui apresentadas, toma as noções de trajetória elaboradas por Bourdieu (1996) e Kofes (1994; 2001) como estratégicas. A proposta bourdieusiana (1996, p. 81) busca compreender a trajetória como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”. De modo, que o autor não busca interpretar a vida como um conjunto coerente e orientado, que se desenrola seguindo uma ordem lógica, mas sim como algo que se desloca no espaço social e não está vinculada apenas a um sujeito, mas a sujeitos sociais (ou não a uma instituição, mas às instituições). Sob outro prisma, consideramos também a noção de trajetória de Kofes (2001, p. 27), que a entende como “o processo de configuração de uma experiência social singular”.

Assim, consideramos tanto os distintos posicionamentos dos sujeitos (e da instituição) no contexto social e histórico, como as interpretações destes acerca de tais posicionamentos, construindo suas trajetórias a partir de suas próprias representações. Assim, as narrativas individuais nos abrem cortinas para observação do processo revelado no contexto social, já que a história de

vida, como recorda Becker (1994), pode reposicionar o sentido da noção de processo mesmo diante da superexploração desta.

As trajetórias são entendidas, aqui, portanto, como instrumento metodológico estratégico para compreensão da processualidade e para construção do diálogo entre as temporalidades, discursos e compreensão histórica coletiva e social com a vivência singular e individual. Nesse sentido, por meio das narrativas e relatos de vida é possível formular a compreensão do contexto social em que os sujeitos se inserem, assim como de suas representações mediante as evocações realizadas.

Similarmente ao que propõe Bourdieu (1991), Kofes (2001) e Becker (1994) para pensar a trajetória de uma vida, como um processo, a proposta metodológica aqui apresentada transpõe a noção de trajetória para considerar uma política pública ou um programa. A ideia é a de que a política/programa não tem um sentido único e estão circunscritas a re-significações, segundo seus distintos posicionamentos nos vários espaços institucionais (ou fora deles) que percorre, ou seja, de acordo com seus deslocamentos na instituição ou na comunidade destinatária desta política ou programa.

Nesse sentido, compreendemos que uma avaliação em profundidade de uma política, programa ou projeto atribui-se de conhecer os diferentes atores institucionais e destinatários desta. Além disso, faz-se importante o processo de imersão no campo, no sentido etnográfico, a fim de construir uma “descrição densa”. Desse modo, metodologicamente, nossa proposta está na concepção e na direção de apontar que uma avaliação se comprometa (sociológica e etnograficamente) em (re)construir as trajetórias das políticas, compreendendo seus diversos sentidos.

Essas trajetórias circunscrevem os resultados das políticas, portanto, constituem dimensões fundamentais para aprofundamentos da avaliação de políticas públicas. A seguir, apresentamos experiências avaliativas em que utilizamos, metodologicamente, a noção de trajetória aqui exposta.

Trajетórias do Crediamigo

Na busca por construir a trajetória do programa de microcrédito do Banco do Nordeste, o Crediamigo, foram empreendidas as disposições das trajetórias de dois agentes importantes para a efetivação do programa: I) a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que operacionaliza o programa, o Instituto Nordeste Cidadania (INEC); e II) os

clientes do programa. Além de observar as representações dos sujeitos institucionais, seja do INEC, seja do Banco do Nordeste, acerca deste programa, apresentamos os corolários destas trajetórias de forma resumida e combinada.

Como fruto deste diálogo entre os resultados da construção das trajetórias acima citadas, vinculadas ao Crediamigo, se apresenta um quadro com um programa impactante na renda dos clientes, ampliador do crédito nas classes mais baixas, assim como galvanizador da ampliação e mudança do perfil laboral e de renda.

Apesar desse quadro, a condição de vida desses clientes permaneceu estável, se alterando a condição de consumo das famílias envolvidas, não havendo mudança significativa em outros aspectos da vida, tais como escolaridade, capacitação profissional, moradia, saúde e lazer. A apreensão dessas necessidades surge nos clientes no momento em que se afirma a cidadania a partir da inclusão pelo consumo, mas de outro lado busca-se apontar para o aprofundamento da política, por meio, de capacitação para o trabalho, qualidade de informação e conhecimento para as atividades e a melhoria das condições de vida em geral, para além do consumo.

Os resultados da pesquisa inferem, dessa forma, a ideia de desenvolvimento, dentro da qual o Crediamigo está inscrito no Banco do Nordeste. Qual seja: o Crediamigo orienta-se, primeiramente, para o aspecto econômico, com foco no aumento da renda e do consumo dos clientes, implicando em um desenvolvimento vinculado a inclusão laboral, ao consumo individual e no efeito indireto no próprio mercado.

De outro lado, as representações dos sujeitos institucionais acerca do microcrédito, do Crediamigo e do próprio Banco se apresentam a partir de interpretações que variam: em consonância e vigentes ou em conflito dentro da instituição. Particularmente, nessas interpretações, é possível referenciar a importância da ideia de desenvolvimento, no entendimento de que a instituição é uma instituição de fomento.

Nesse caminho, os sujeitos advogam o Crediamigo como a grande imagem do Banco, por ser o programa com mais clientes, mais reconhecido; em especial, por ter sido a base para o Programa Nacional de Microcrédito Crescer, se tornando, assim, a estratégia de desenvolvimento para um grande setor da economia nacional e regional, o setor informal. Tendo sido estratégico ao Governo Federal, o que dá ao Crediamigo a importância institucional para além de sua própria trajetória no Banco.

Outro ponto importante do Crediamigo e das microfinanças creditícias, dentro da ótica dos sujeitos institucionais no Banco do Nordeste, é o seu significado como inflexão para uma mudança institucional, composta por dois matizes. Um deles vinculado à entrada e a mudança de vida do cliente no programa, com um viés mercadológico de sucesso, envolvendo bancarização, aumento de renda e faturamento, e crescimento. O segundo, entende a mudança como progressão nos perfis de clientes, em que pese o crescimento do empreendimento, tendendo a passar de Crediamigo Comunidade, para Crediamigo Giro Solidário e desse para o Crediamigo Individual, até que o faturamento do empreendimento supere R\$60.000/ano e o cliente esteja apto a subir na pirâmide dos programas do Banco para Micro e Pequena Empresa (MPE).

Na verdade, este segundo matiz apresenta-se de forma geral entre os programas do Banco do Nordeste, na visão institucional, como forma de angariar clientes em uma faixa de renda e promover seu crescimento de faturamento e, portanto, de renda. A bancarização ou o oferecimento de serviços bancários – que antes os clientes ativos não poderiam obter – promovem um processo de desenvolvimento econômico dentro de uma lógica de mercado, enquanto que o desenvolvimento social é posto em segundo plano. Isso porque, o segundo é entendido como decorrência do primeiro – o que a pesquisa com os clientes, realizadas no âmbito desta avaliação, não ratifica.

Ou seja, para as interpretações dos sujeitos institucionais, a bancarização é o primeiro passo do cliente para a sua entrada no mercado e para o progressivo crescimento e desenvolvimento do ponto de vista do mercado, em que mesmo a lógica solidária, como será visto a seguir, contida no PAPPS, é instrumentalizada para a lógica de mercado.

Quanto aos clientes, suas narrativas relataram como entraram para o Crediamigo, as mudanças que ocorreram em suas vidas após sua inserção no Programa e o que eles veem de positivo e negativo. Dessa forma, os clientes expressaram o que eles acreditam que o Crediamigo lhes oferece, não somente para o seu próprio trabalho, mas para os clientes em geral, além de indicarem o que poderia melhorar.

Tais aspectos se mostram importantes, pois por meio deles os clientes manifestaram suas representações, visões e perspectivas sobre o Programa, em relação às suas próprias histórias de vida. Possibilitando, a partir do escopo metodológico exposto, refletir tanto sobre o impacto deste como sobre seus limites e possibilidades.

As narrativas elucidam a oportunidade que o programa de microcrédito oferece a seus clientes, a de conseguirem um empréstimo com baixas taxas de juros, algo que os bancos não lhes possibilitam, facilitando para que possam montar um negócio próprio e dar continuidade a ele. O que aponta para a obtenção de uma fonte de renda que se revela como alternativa para aqueles que não estão inseridos no mercado formal de trabalho.

Por outro lado, por meio de algumas críticas referidas a determinados pontos do Programa, ou até mesmo do silêncio gerado após perguntas sobre os aspectos negativos deste, percebemos que os clientes consideram que o Crediamigo tem limites e que não satisfaz completamente suas necessidades.

Trajetórias do PAPPS

O PAPPS, nos seus próprios termos, foi definido como uma estratégia diferenciada e autossustentável do Banco do Nordeste para beneficiar diretamente as comunidades rurais e urbanas. Em uma busca por ajudá-las a emanciparem-se social e economicamente, mediante a solidariedade que deve existir entre seus membros. Tendo-a como um dos pontos principais, é interessante que a concepção de Fundos Rotativos Solidários (FRS), ao fornecerem financiamento, consideram a possibilidade de que o dinheiro aplicado nas atividades produzidas possa render efeito e ser devolvido a fim de beneficiar outros participantes. (BNB, 2016).

Entre os projetos apoiados pelo PAPPS, destaca-se a destinação de recursos para a formação do FRS da Rede Bodega, no ano de 2008. Integrante da Rede, a Associação das Mulheres em Ação (AMA/Budeg'AMA), recebeu parte desses recursos, para ser utilizada na criação do FRS destinado a produção e comercialização, cujos impactos foram objeto de nossa pesquisa avaliativa e tomado como estudo de caso do PAPPS. Para tal investigação, foram observadas as representações dos sujeitos institucionais gestores do Programa e a construção da trajetória de vida de mulheres participantes da AMA. Com base nos sujeitos desse programa, apresentaremos os resultados obtidos através das trajetórias construídas.

No intuito de conhecer a opinião das associadas sobre modificações ocorridas em suas vidas e na AMA/Budeg'AMA, a partir do recebimento dos recursos do PAPPS, procurou-se analisar a compreensão de cada uma delas acerca desse aporte e o que ele representa. Desta forma, analisamos as visões

das associadas a partir das seguintes dimensões: social, econômica, política e ambiental.

Na dimensão social, elucidou-se através das narrativas das associadas, que os impactos se acentuam nas relações entre elas, que sendo baseadas na solidariedade, motivam a inclusão e o crescimento coletivo. Outro ponto importante é que, se antes viviam exclusivamente para a família, com a adesão à AMA puderam se sentir úteis e galgar um novo patamar de vida e de respeito na própria família, a partir de uma renda extra, gerada pelo trabalho realizado. Do ponto de vista pessoal, a emancipação foi um dos maiores ganhos. Do profissional, o fato de ter uma ocupação garantiu mais respeito perante a família, que antes negava seu apoio. O recurso promoveu maior sociabilidade e fortaleceu os laços solidários entre as associadas, possibilitando, além disso, motivar para a ocupação de um espaço físico destinado à sede da AMA, embora ainda que alugado. Também ficou claro, nos resultados obtidos, que as associadas encontram no trabalho coletivo motivações para levar adiante o projeto pessoal de autonomia, em que os conceitos de produção e decisão na gestão se realizam de forma participativa e se sobrepõem à competitividade do mercado capitalista.

Na dimensão econômica, os pressupostos do FRS visam proporcionar a geração de renda, mediante fortalecimento dos elos da cadeia: produção, beneficiamento e comercialização dos produtos. As associadas consideram o aporte do PAPPS positivo, pois, alicerçado nele, foi possível a formação do FRS para aquisição de insumos para produção. Porém, há dúvida e preocupação com relação à dependência criada ao fundo. Além disso, concordam que é necessário um retorno financeiro maior, e deve ser buscado. Desta forma, embora tenha possibilitado a criação do FRS e a compra de insumos para a produção, o recurso não garante a tão sonhada autonomia econômica, já que a renda obtida com a comercialização dos produtos é menor do que as despesas mensais da associação.

Na dimensão política, os pressupostos do FRS pressupõem a existência de semelhantes interesses, bem como a partilha solidária de bens e resultados, incluindo a autogestão, em que deve haver comprometimento e participação. Assim, sobre a organização, a forma de divisão dos ganhos e a gestão da associação há um reconhecimento de que a AMA amplia a participação, envolvendo todas as associadas nas decisões a serem tomadas, fortalecendo a autogestão; e há uma consciência coletiva para o exercício da transparência na apuração das sobras, capaz de fazer com que os ganhos sejam repartidos de

forma equânime. O recurso contribuiu para o desenvolvimento das práticas democráticas de autogestão e para a criação de uma maior consciência política e cidadã.

No que concerne à dimensão ambiental, nos FRS's procura-se despertar a conscientização do uso dos recursos naturais, na produção e no consumo, de modo a respeitar o meio ambiente e garanti-los para as próximas gerações. As participantes foram unânimes em garantir que há o respeito e a consciência no ato da produção e que procuram utilizar material reciclável, principalmente na confecção do artesanato. O recurso vem contribuindo para a formação de uma consciência ambiental, porém os resultados são menos relevantes.

Em síntese, percebe-se que os objetivos atingidos são muito mais nas dimensões social, política e ambiental, do que propriamente na dimensão econômica.

No que concerne às representações dos sujeitos institucionais, foram aplicadas entrevistas em profundidade com três representantes do Banco (um superintendente, um gerente de ambiente e um gestor de projetos) que trabalham diretamente com o PAPPS.

Com relação à dimensão social, atuando de forma indireta ou direta, os representantes reconhecem a importância da solidariedade para o fortalecimento das relações entre cooperados e associados. Admitem que há mudança social e que o PAPPS desempenha papel fundamental nesse processo. Na dimensão econômica, observam que o aporte causa impacto por trazer benefícios econômicos e sociais, assim como contribui, de forma muito acentuada, para o desenvolvimento local. Sobre a avaliação que fazem dos recursos hoje destinados pelo Banco do Nordeste ao PAPPS, um representante acredita serem satisfatórios os resultados e que os recursos são bem aplicados, enquanto outro entende que o aporte não é tão grande, e que isso deve despertar nas pessoas beneficiadas uma vontade de buscar recursos de outros programas do Banco, a exemplo do microcrédito. Em relação à dimensão política, nos depoimentos dos representantes coloca-se em destaque a cooperação e a cidadania que afloram a partir do FRS, sendo um dos grandes benefícios o fato da reunião e maior discussão sobre rumos. Na dimensão ambiental, percebe-se que nas obrigações inseridas para obtenção do PAPPS, é necessário que o projeto apresente suas pretensões em relação à prática produtiva e que seja demonstrado esse cuidado com as questões que se relacionam ao cunho ambiental.

Como resultado da avaliação, se, do ponto de vista econômico, os

resultados da pesquisa demonstram que os recursos do PAPPS aplicados na AMA não garantem a continuidade do empreendimento para que se mantenha autossustentável ao longo do tempo, pode-se considerar que o PAPPS causou, e continua a causar, impactos nas demais dimensões. Nota-se que o impulso fornecido ao empreendimento a partir da formação do FRS, aumentou a autoestima das associadas, o fortalecimento dos laços afetivos, o aumento da autonomia, o crescimento pessoal e aumentou a noção de cidadania, voltada para a consciência dos direitos, sendo fortalecida a vertente política e social da AMA mais que a econômica.

Resta saber em que medida isso pode fragilizar os empreendimentos e colocar em risco a economia solidária, pois a ideia de desenvolvimento proposta pelo PAPPS, atrelada somente a impactos mais visíveis nas dimensões social, política e ambiental, pode estar comprometida se não houver o fortalecimento da gestão dos FRS's, incluindo aí um maior volume de recursos.

Trajetórias institucionais do Banco do Nordeste

No processo de coleta das representações dos sujeitos institucionais do Banco do Nordeste sobre os programas apresentados anteriormente mostrou-se a necessidade de construir a trajetória da própria instituição do Banco, como forma de compreender que lugar de fala os programas ocupavam e como funcionários de níveis hierárquicos e áreas diferentes expressavam o conhecimento acerca dos programas e da instituição.

Neste ensejo, podemos ver, por meio das trajetórias pessoais dos funcionários os seus percursos na instituição que, ao mesmo tempo, constroem as trajetórias institucionais do Banco.

Exemplarmente, na trajetória de uma das funcionárias, pode-se observar como ocorreu, desde a década de 1990 até hoje, uma sobreposição entre a sua trajetória individual e a do Banco. Em que pese que o Banco fora especializado em crédito de longo prazo, em especial para a área rural, e durante a década de 1990 a instituição passou por um processo de afirmação e de institucionalização de um modelo de downscaling, resultando exatamente nos programas examinados anteriormente. A trajetória de uma das funcionárias pesquisadas se modificou na mesma medida em que a do Banco, incorporando o processo pelo qual passou o Banco. Uma vez que ela trabalhou com o grande crédito rural – este com aportes financeiros elevados para um número estrito de clientes – e, durante os anos de 1990, viu na experiência de microcrédito do Banco, nos

primeiros anos de operacionalização do Crediamigo, uma forma de mudar o seu foco dentro da instituição. Transferiu-se, então, para o Setor de Gestão de Desenvolvimento, que elabora os programas de microcrédito do Banco do Nordeste (Crediamigo e Agroamigo) e, hoje, atua como gerente de microfinanças em uma agência no interior do estado do Ceará. Se o Banco se encaminhou por uma redução de escala (downscaling) na ideia de contratação de crédito, a trajetória construída pela funcionária percorreu o mesmo caminho, relacionando-se, hoje, fundamentalmente, com a gerência da operacionalização do microcrédito e não mais com as formulações de diretrizes ou mesmo com o crédito de longo prazo. (TEIXEIRA, 2008)

Por conta deste modelo afirmado de downscaling, as trajetórias apresentaram a forma com que o Banco escalona os programas. Assim, a ideia de desenvolvimento que está exposta vem antes a engendrar um “evolucionismo social”, pela constituído de etapas a serem alcançadas, ativado pela propositiva formulação schumpeteriana (SCHUMPETER, 1997) do “empreendedorismo” do que, resultar, a maneira de Celso Furtado (1997; 2007), em uma autonomia dos sujeitos impactados e da região Nordeste.

A relação entre desenvolvimento e crédito também é presente. Os sentidos e significados relacionados a esses dois conceitos medulares ao funcionamento do Banco são apresentados sobre prismas entre o social e o econômico. Ainda que alguns defendam um desenvolvimento como crescimento econômico em que o crédito é uma peça social, outros ventilam a ideia de que seja necessário pensar o desenvolvimento a partir da concepção social e para isso o crédito seria aditivo econômico fundamental.

Tais aspectos da trajetória do Banco do Nordeste exibem as leituras, conflitos, relações e passagens internas de uma instituição mista, entre o mercadológico e o estatal, de interesse público. De um lado o foco mercadológico relaciona o desempenho econômico da região Nordeste e os seus próprios lucros com uma ideia apregoada de desenvolvimento. Enquanto de outro lado o discurso de emancipação e autonomia estão colocados tanto aos partícipes dos programas quanto pelos funcionários como horizonte de entendimento do desenvolvimento.

À guisa da conclusão: os usos da noção de trajetória e a avaliação de políticas públicas

Retomemos a noção de trajetória nas possibilidades metodológicas de

usos na avaliação de políticas públicas a partir das experiências descritas.

As trajetórias dos programas avaliados permitiram verificar como os diferentes significados dos programas transitam na esfera do Banco e entre os clientes dos Programas, imersos em seus lugares institucionais. E, ainda, como esses significados circunscrevem os resultados e os impactos dos Programas, associados à ideia de crédito e desenvolvimento.

Essas considerações finais somente foram possíveis de alcançar na medida em que noção de trajetória permite a construção de uma avaliação como um processo multidimensional, que envolve os vários sujeitos das políticas públicas. Entendida, dessa forma, como uma avaliação interpretativa que se distancia dos modelos técnico-formais tradicionais de avaliação, de cunho gerencial. (GUSSI, 2014).

Essa perspectiva teórico-metodológica que propomos permite a construção de indicadores de avaliação em diálogo direto e em profundidade com os sujeitos e instituições avaliadas. Assim, a noção de trajetória pode ser base para um processo de relativização dos resultados e impactos das mesmas políticas públicas. Propiciando um olhar mais global, plural e “grande angular” ou multiangular sobre a atuação tanto das políticas públicas quanto de seus formuladores.

Referências

- ALMEIDA, G. F. B. **Avaliação dos impactos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) na Experiência de Economia Solidária da AMA/Budeg AMA**. 2012. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- BANCO DO NORDESTE. **Institucional**. Disponível em: www.bnb.gov.br. Acesso em: 6 set. 2018.
- BECKER, H. A história de vida e o mosaico científico. In: _____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BOURDIEU, P. Introdução à sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. A ilusão biográfica. In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- FURTADO, C. **Obra autobiográfica de Celso Furtado. Tomo II**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GUSSI, A. F. Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **AVAL – Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n.1, p. 29-37, jan-jun, 2008.

_____. Avaliação de políticas públicas sob uma perspectiva antropológica. In: VALENTE, H. A.D.; PRADOS, R. M. N.; SCHMIDT, C. (Orgs.). **A música como negócio: políticas públicas e direitos do autor**. São Paulo: Letras e Voz, 2014. p. 19 - 29.

GUSSI, A. F.; SANTOS FILHO, C. S.; ALMEIDA, G. F. A experiência de fomento a fundos rotativos solidários no Nordeste: o caso da Rede Bodega. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. IPEA, ano 17, p. 77 – 86, fev. 2012.

GUSSI, A. F.; [ALMEIDA, G. F. B.](#); THÉ, R. F. S. Avaliação de Programas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste: Estudo sobre o Crediamigo e o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários - PAPPS. In: ARCOVERDE, Ana Cristina Brito (Org.). **Dimensões, Interfaces e Práticas de Avaliação de Políticas Públicas**. Recife: UFPE, 2014.

KOFES, S. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Pagu**, Campinas, n.3, p. 117 – 141, 1994.

_____. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercados de letras, 2001.

RODRIGUES, L. C. Proposta para uma avaliação em profundidade de políticas sociais. **AVAl – Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n.1, p. 7-15, jan-jun, 2008.

SILVA, R. J. F. **Avaliação dos impactos do programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza**. 2010. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

TEIXEIRA, Marcelo Azevedo. **Microcrédito: condicionantes para saída da condição de pobreza: estudo aplicado ao programa Crediamigo do BNB**. Dissertação (Mestrado em economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia – CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2008.

THÉ, R. F. S.; PEREIRA, J. E. O. Interpretando narrativas sobre microcrédito: histórias de vida de clientes do Crediamigo em Fortaleza. **CAOS**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, João Pessoa, v. 21, p. 13-24, nov. 2012.

THÉ, R. F. S. Microcrédito, Dádiva e Narrativas: Esboços interpretativos sobre o Programa Crediamigo por meio de histórias de vida. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 26, n. 2, p. 402-414, mai/ago 2013.

Methodological experiences of evaluation: uses of the notion of trajectory in public policies

ABSTRACT

Abstract: Methodological discussion in the sense of exposing the possibilities and the uses of the notion of trajectory in the evaluation of public policies. From an ethnographic perspective, we propose that an evaluation should go through the trajectory of a policy. Inspired by the notion of trajectory, the debate starts from the idea that a policy does not have a single meaning and is limited to re-

significations, following different positions in the various spaces that it traverses, that is, constructing trajectories through the proposed displacements by and to politics. We point out the experiences of an evaluative research with the use of this methodology, while the results obtained are presented on microcredit programs (Crediamigo), solidary economy (PAPPS) and the public-microfinance institution, Banco do Nordeste. With this, we intend to show limits and possibilities of the uses of the trajectories for deepening in the evaluation of public policies.

Keywords: Methodology; Trajectory; Public Policy; Evaluation.